

POLÍTICA E CAPITALISMO: O PROBLEMA DA ANIMALIZAÇÃO DO HOMEM

POLITICS AND CAPITALISM: THE PROBLEM OF THE ANIMALIZATION OF MAN

ITAMAR SOARES VEIGA¹
UCS - Brasil
inpesquisa@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo trata sobre o contexto geral que cerca a esfera política, onde se destaca o capitalismo tardio e a condição humana tendo em vista a emergência de um processo de animalização do homem. Busca-se responder o seguinte problema: qual é impacto do processo tecnológico sobre a esfera política? Este impacto está principalmente associado ao desenvolvimento econômico do capitalismo pós-industrial. Tal desenvolvimento agrega contribuições de Hannah Arendt, Slavoj Žižek e Yuval N. Harari. Discute-se a natureza da propriedade privada e a perspectiva da emergência de um conceito de espécie em detrimento da independência e autonomia individuais. A conclusão mostra que estamos dentro de um processo de animalização em um mundo aparentemente liberal tomado pela tecnologia.

PALAVRAS-CHAVE: Esfera política. Arendt. Žižek. Tecnologia. Animalização.

ABSTRACT: *This article consider with the general context surrounding of the political sphere, where late capitalism and human condition stand out in view of the emergence of a human-animalization process of man. What is the impact of the technological process on the political sphere? This impact is mainly associated with the economic development of post-industrial capitalism. With the contributions of Hannah Arendt, Slavoj Žižek and Yuval N. Harari. It is discussed the nature of private property and the prospect of the emergence of a species concept to the detriment of individual independence and autonomy. The conclusion shows that we are in a human-animalization process in a seemingly liberal world taken over by technology.*

KEYWORDS: *Political sphere. Arendt. Žižek. Technology. Animalization.*

A análise da contemporaneidade envolve dificuldades em justificar um ponto de vista que ocupe um papel de núcleo principal. Os múltiplos núcleos possíveis se espalham entre as diferentes áreas de conhecimento e subáreas, incluindo, também, aquelas que se dedicam à cultura e ao entretenimento. Isto torna o quadro geral complexo, mas a busca de um ponto de vista é necessária na tentativa de expor, com algum distanciamento, uma imagem da realidade. Diante da referida complexidade, elencamos dois pontos de apoios que devem sustentar e balizar uma exposição sobre o homem e suas atividades produtivas. Eles serão apresentados abaixo.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UCS (Universidade de Caxias do Sul).

O primeiro ponto de apoio é a busca de uma concepção sobre o ser humano a partir da herança cultural do mundo antigo grego e romano. Esta concepção de ser humano pode ser enfatizada em relação à diferença entre o homem e o animal. Não se trata aqui de um enfoque de cunho científico-antropológico, ou mesmo de antropologia filosófica, mas sim de um espectro mais amplo. Este espectro se detém no homem e no seu entorno de atividades, tais como a política e a produção econômica. Tal ponto de apoio deve indicar o que é que os antigos qualificavam como ser humano e o que eles denominavam como pertinente ao animal. Estas classificações são realizadas a partir da esfera política. Para este quesito selecionamos algumas passagens de *A condição humana* de Hannah Arendt, citada mais adiante.

O segundo ponto de apoio trata das condições humanas no desenvolvimento capitalista. Este ponto deve mostrar que há um processo gradativo de aproximação entre o ser humano e o animal. Tal aproximação ocorre em função das diferentes fases do capitalismo em detrimento da esfera política e pública. As diferentes fases do capitalismo são referidas a partir da mais recente, denominada de pós-industrialismo ou capitalismo tardio. Nesse sentido, a abordagem mostrará que não só os processos de animalização estão relacionados aos meios de produção, mas também ao modo de vida contemporâneo, onde o individualismo surge como uma ilusão preparatória a um futuro bem mais controlado e talvez mais sombrio. A referência a respeito do futuro ganha relevo, principalmente quando se tratam das possibilidades de se gerar formas artificiais inteligentes. Convém assinalar que, no escopo deste artigo, a inteligência artificial deve ser compreendida como um conjunto de processos de otimização (BOSTROM, 2016, p. 89-94) e não como uma discutível *consciência*. Em acréscimo a um futuro mais sombrio, há também o desenvolvimento de tecnologias que interferem na fisiologia e no ciclo biológico humano. Estas tecnologias são mencionadas apenas para registro. Elas se encontram na engenharia genética, onde se estuda a possibilidade de edição do DNA através da técnica CRISPR-Cas9 (GUIMARÃES, 2016, p. 39-41).

Estes pontos serão aprofundados para permitir um cenário mais próximo do mundo atual. O objetivo deste artigo é fazer uma consideração sobre qual é o impacto do processo tecnológico sobre a esfera política. A hipótese geral é a de que os desenvolvimentos econômicos atuais apontam para uma animalização crescente do ser humano. Na primeira parte faremos uso das posições de Arendt e na segunda parte faremos uso das posições de Žižek bem como do historiador Yuval Noah Harari.

I

As características do cotidiano atual confluem dentro de uma direção compreendida como um capitalismo baseado no consumo. As formas como as pessoas se organizam e estabelecem as diferentes dinâmicas da vida privada, seguem as determinações do consumo. Além disso, essas dinâmicas apoiam-se na disseminação de produtos tecnológicos e na relação do ser humano com a

produção econômica. Isto perfaz um quadro geral de consumo e de trabalho. Dentro deste quadro podemos fazer dois recortes: primeiro, uma apresentação do capitalismo atual com ênfase no trabalho imaterial e, segundo, um aprofundamento das consequências sobre a condição humana em vista às esferas privada, política e pública.

O capitalismo, na época atual, pode ser denominado de várias formas, sendo que essas denominações concordam pelo menos com a diferença entre o capitalismo dos séculos XVIII e XIX e o capitalismo da segunda metade do século XX. Estas duas grandes fases se diferenciam por características no modo de produção, adquirindo denominações distintas: o capitalismo que faz a transição do comércio para fábrica e assume a forma industrial e o capitalismo posterior, a forma pós-industrial. Este último possui sinônimos: capitalismo da sociedade de consumo, ou capitalismo tardio, entre outras denominações.

Para uma análise do capitalismo em geral é necessário assumir um ponto de partida específico. Ao assumir um ponto de partida, ressaltamos que o escopo deste texto é a fase mais atual, portanto, dentro das mais comuns características do capitalismo pós-industrial ou tardio. Nesta direção, nosso ponto de partida não é marxista, mas utilizamos a análise de fundo marxista para efeitos de aprofundamento, sem qualquer comprometimento teórico. Nesta adoção, reforçamos os destaques sobre de diferentes divisões internas da vida coletiva: o privado, o social e o público. Em contrapelo ao viés marxista, estas divisões serão abordadas através dos conceitos de Hannah Arendt.

Contudo, a riqueza das observações feitas por autores que concordam com a matriz marxista não pode ser desprezada. Com essa intenção nos apropriamos das análises de Slavoj Žižek em uma caracterização oportuna do capitalismo atual:

[...] devemos nos concentrar em três aspectos que caracterizam o capitalismo atual: a tendência duradoura de retornar do lucro à renda (em suas duas formas principais: a renda do “conhecimento comum” privatizado e a renda dos recursos naturais); o papel estrutural muito mais forte do desemprego (a própria oportunidade de estar “empregado” em um trabalho é vivida como um privilégio); a ascensão da nova classe que Jean-Claude Milner chama de burguesia assalariada (ŽIŽEK, 2012, p. 18).

Cada uma das características mencionadas por Žižek pode ser aprofundada nos cenários frequentes da atualidade. Uma consideração mais detida destas características é encaminhada mediante acréscimo de alguns aspectos. Na característica do “conhecimento comum” podemos incluir o aspecto (a): valorização da produção imaterial; na característica do “desemprego” estrutural, podemos incluir o aspecto (b): a tecnologia se mostra vinculada com item anterior sobre o conhecimento; na característica da “nova classe assalariada”, podemos incluir o aspecto (c) a mobilidade da mercadoria e do consumo.

Estes aspectos estão relacionados em uma articulação comum a todos. A articulação está na valorização da natureza imaterial dentro da mudança na

inteiração entre homem e modo de produção. A mudança deslocou o emprego da mão de obra para o âmbito dos serviços e para o âmbito do trabalho cognitivo, não repetitivo. No entanto, este âmbito do trabalho cognitivo já começa a mostrar uma vulnerabilidade no século XXI, pois algoritmos inteligentes cumprem tarefas otimizadoras que envolvem cognição ou análise profunda de dados. Por isso, há uma inter-relação direta entre a valorização do aspecto imaterial e a empregabilidade ou a pouca empregabilidade, em outras palavras, uma face do desemprego estrutural. A situação do desemprego estrutural gera uma pressão sobre as classes burguesas assalariadas. Elas se tornam reativas ou engajadas em defesa do seu *status*. Diante disso, é possível concluir que o âmbito imaterial é, na verdade, o elemento hegemônico do trabalho e dos movimentos sociais. Zizék comenta esta hegemonia ao realizar uma observação crítica sobre Hardt e Negri. Ele sugere um deslocamento da análise marxista clássica:

[...] para Hardt e Negri, a limitação em Marx é o fato de ele se restringir historicamente ao trabalho industrial automatizado e organizado de maneira centralizada e hierárquica. Por esse motivo, a visão que têm do “intelecto geral” é a de um órgão de planejamento central; somente hoje, com a ascensão do “trabalho imaterial” ao papel hegemônico, é que a reviravolta revolucionária torna-se “objetivamente possível”. Esse trabalho imaterial estende-se entre o polo do trabalho intelectual (simbólico) – produção de ideias, códigos, textos, programas, figuras: escritores, programadores, dentre outros – e o do trabalho afetivo – quem trata de nossos afetos físicos: de médicos e babás a comissários de bordo. Hoje, o trabalho imaterial é “hegemônico” no sentido exato em que Marx proclamava que, no capitalismo do século XIX, a larga produção industrial era hegemônica como a cor específica que dá tom à totalidade – não quantitativamente, mas desempenhando o emblemático papel estrutural. Desse modo, o que surge é um novo e vasto domínio, o “comum”: conhecimentos, formas de cooperação e comunicação compartilhados etc., que já não podem mais ser contidos pela forma da propriedade privada. Por quê? Na produção imaterial, os produtos não são mais objetos materiais, mas novas relações sociais (interpessoais) em si. Em suma, a produção imaterial é diretamente biopolítica, a produção da vida social. (ZIZÉK, 2012, p. 18)

Algumas expressões utilizadas por Zizék atuam como pontos de concentração em sua análise. Estas expressões são as seguintes: “trabalho imaterial” e “produção imaterial”. O trabalho e a produção mostram vínculos estritos com diferentes elos sociais: o trabalho apresenta o vínculo com o ser humano; por sua vez, a produção vincula-se estritamente com o trabalho: não há produção sem alguma forma de trabalho. A respeito de ambos os conceitos há um desenvolvimento específico realizado por Hannah Arendt que será tratado mais adiante. O fato de que nas sociedades pós-industriais o trabalho se encontre modificado se torna um elemento importante e, no que diz respeito ao trabalho, o “trabalho imaterial” é o ponto central.

Para delinear os contornos deste trabalho imaterial, precisamos analisar como ele se torna “hegemônico”. Dito de outra forma, precisamos perguntar como uma produção se torna “imaterial”. Para que uma produção se

torne imaterial foi necessário que a natureza mesma da propriedade privada se modificasse. Uma explicitação bem sintética desta modificação se mostra quando o capital se ocupa apenas em gerar mais capital. Nos tempos atuais, o capital não visaria mais o acúmulo, mas sim gerar cada vez mais capital, estabelecendo uma mobilidade. Esta mobilidade é mais radical dos que os primeiros anos dos mercados financeiros nos primórdios da revolução industrial.

Acompanhando o raciocínio de Zizék, encontram-se, inusitadamente, algumas correspondências com o livro de Hannah Arendt: *A condição humana*². Pois, ao analisar a propriedade, Arendt, que não é marxista, trabalha com pressupostos sobre a mudança das relações entre cidadãos. As relações são compreendidas em três diferentes esferas: política, privada e pública. Tal mudança, notadamente nas esferas pública e privada, ocorreu principalmente a partir do século XVIII. Ela foi um conjunto de alterações do padrão de convívio humano até então considerado civilizado e condizente com um legado da Antiguidade. Esses fatos, a partir do século XVII e XVIII, geraram uma outra esfera: a do social, alterando efetivamente as demais.

Antes de abordar diretamente o tema da esfera social, é necessário mostrar quais eram as esferas antes existentes, isto é, a do privado, a do político e a do público. Para tratar disso sem fazer uma retrospectiva histórica da Antiguidade, retornemos a um tópico que nos conduz até elas, inclusive nos dias de hoje, embora sob um estado de extinção ou retração. Este tópico é aquele que já mencionamos brevemente: o da propriedade privada, ainda em seu caráter imóvel. Sobre isto Arendt afirma:

O que chamamos anteriormente de ascensão do social coincide historicamente com a transformação da preocupação individual com a propriedade privada em preocupação pública. Logo que passou à esfera pública, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de se arrogarem o acesso à esfera pública em virtude de sua riqueza, exigiram dela proteção para o acúmulo de mais riqueza. [...]

Quando se permitiu que essa riqueza comum, resultado de atividades anteriormente relegadas à privacidade do lar, conquistasse a esfera pública, as posses privadas – essencialmente muito menos permanentes e muito mais vulneráveis à mortalidade de seus proprietários que o mundo comum, que sempre resulta do passado e se destina a continuar a existir para as gerações futuras – passaram a minar a durabilidade do mundo. É verdade que a riqueza pode ser acumulada a tal ponto que nenhuma vida individual será capaz de consumi-la, de sorte que a família, e o não indivíduo, vem a ser proprietária. [...] Somente quando a riqueza se transformou em capital, cuja função única era gerar mais capital, é que a propriedade privada igualou ou emulou a permanência inerente ao mundo compartilhado por todos. Essa permanência, contudo, é de outra natureza: é a permanência de um processo e não a permanência de uma estrutura estável. Sem o processo de acumulação, a riqueza

² Utilizamos aqui o advérbio “inusitadamente” por causa de uma aproximação quase linear entre autores de paradigmas teóricos e políticos distintos como Zizék e Arendt. No entanto, esperamos que os esclarecimentos dos fenômenos atuais fornecidos nesta aproximação compensem o seu caráter inusitado ou pouco comum.

recairia imediatamente no processo oposto de desintegração através do uso e do consumo. (ARENDR, 2001, p. 78-79).

A propriedade se transforma na medida em que a consideração sobre a riqueza se altera. Neste caso, a alteração é a de que a riqueza não é mais para ser acumulada, mas sim é para ser usada, para gerar mais riqueza. Atualmente, a propriedade está inserida em uma perspectiva ainda mais dinâmica que resulta de um gradativo aprofundamento e expansão da concepção de que o capital deve gerar mais capital, associando-se com a tecnologia. Os mecanismos de geração de capital migraram do âmbito produtivo para o âmbito financeiro. E, o âmbito financeiro nos oferece fundos de capital de risco que investem em *startups* (inovação), buscando criar novos nichos de serviços e de mercadorias. Os capitais se tornam capitais de *risco* e não os da permanência imóvel de uma mercadoria ou de uma estrutura.

A distinção entre duas naturezas da propriedade privada é de suma importância. Na passagem de Arendt, citada acima, temos a natureza da “permanência” de “uma estrutura” e a natureza da “permanência de um processo”. A propriedade nos tempos atuais se apresenta como a “permanência de um processo”. Este mesmo processo efetiva uma “desintegração através do uso e do consumo”. Tal desintegração processual da propriedade privada interfere com a esfera pública e com a esfera privada, constituindo finalmente uma terceira esfera: a do social:

A riqueza comum, portanto, jamais pode tornar-se comum no sentido que atribuímos ao mundo comum; permaneceu – ou, antes, destinava-se a permanecer – estritamente privada. Comum era somente o governo, nomeado para proteger uns dos outros os proprietários privados na luta competitiva por mais riqueza. A contradição óbvia deste moderno conceito de governo, onde a única coisa que as pessoas têm em comum são os seus interesses privados, já não deve nos incomodar como ainda incomodava Marx, pois sabemos que a contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera do social. Pela mesma razão, estamos em posição bem melhor para compreender as consequências, para a existência humana, do desaparecimento de ambas estas esferas da vida – a esfera pública porque se tornou função da esfera privada, e a esfera privada porque se tornou a única preocupação comum que sobreviveu. (ARENDR, 2001, p. 79)

Nas palavras de Arendt as esferas “pública e privada” submergiram “na esfera do social”. E esta esfera se sobrepõe à divisão entre público e privado, considerando estas duas últimas esferas como “um fenômeno temporário” da “era moderna”. Na base constitutiva da esfera do social se apresenta a “esfera privada” que é expressa e exteriorizada. Hoje em dia esta exteriorização ocorre nas redes sociais. O privado se torna, então, “a única preocupação comum”. Na realidade, este âmbito “comum” do privado é dominado pelo pessoal. O caráter peculiar do “privado” desaparece no social através da multiplicação, da repetição e,

finalmente, através da impessoalidade que se insinua nos meandros das postagens e no uso de dispositivos eletrônicos.

A caracterização da esfera privada como um “fenômeno temporário” relativo ao início da “era moderna” traz consigo o tema da propriedade. A propriedade, que desde o início da era moderna, era denominada de “privada” (permanência “de uma estrutura”), tornou-se outra permanência, a “de um processo”. O trânsito é acompanhado pela invasão da esfera política pela esfera privada. Uma invasão que afeta também a esfera pública, porque esta abarca a esfera política. Sobre a mudança na natureza da propriedade, veja-se as expressões “imóvel” e “móvel” usadas por Arendt:

Encarada deste ponto de vista, a moderna descoberta da intimidade parece constituir uma fuga do mundo exterior como um todo para a subjetividade interior do indivíduo, subjetividade esta que antes fora abrigada e protegida pela esfera privada. A dissolução desta esfera e sua transformação em esfera social pode ser perfeitamente observada na crescente transformação da propriedade imóvel em propriedade móvel, [...] (ARENDDT, 2001, p. 79).

A “subjetividade interior do indivíduo” era “abrigada e protegida pela esfera privada”. Este registro aponta para uma época anterior à “era moderna”, aponta para a Antiguidade. Tal abrigo e proteção proporcionados pela “esfera privada” não existem mais. O que existe na “era moderna” é uma “dissolução” da esfera privada e “sua transformação em esfera social”. Arendt coloca em paralelo a transformação da esfera privada e a “transformação da propriedade imóvel em propriedade móvel”.

Outros elementos citados como a “descoberta intimidade” e a “fuga do mundo exterior” estão vinculados diretamente com a explicação do surgimento da “esfera social”. Estes elementos são explicados na origem do conceito de “sociedade”. Ao explicar esta origem, Arendt assinala a diferença entre as esferas envolvidas:

Esta relação especial entre a ação e a vida em comum parece justificar plenamente a antiga tradução do *zoon politikon* de Aristóteles como *animal socialis*, que já encontramos em Sêneca e que, até Thomas de Aquino, foi aceita como tradução consagrada: *homo est naturaliter politicus, id est socialis* (“o homem é, por natureza, político, isto é, social”). Melhor que qualquer teoria complicada, esta substituição inconsciente do social pelo político revela até que ponto a concepção original grega de política havia sido esquecida. Para tanto, é significativo, mas não conclusivo, que a palavra “social” seja de origem romana, sem qualquer equivalente na língua ou no pensamento gregos. Não obstante, o uso latino da palavra *societas* tinha também originalmente uma acepção claramente política, embora limitada: indicava certa aliança entre as pessoas para um fim específico, como quando os homens se organizavam para dominar outros ou para cometer um crime. É somente com o ulterior conceito de uma *societas generis humani*, uma “sociedade da espécie humana”, que o termo social começa a adquirir sentido geral de condição humana fundamental. Não que Aristóteles ou Platão ignorasse ou não desse importância ao fato de que o homem não pode viver

fora da companhia dos homens; simplesmente não incluíam tal condição entre as características especificamente humanas. Pelo contrário, ela era algo que a vida humana tinha em comum com a vida animal – razão suficiente para que não pudesse ser fundamentalmente humana. (ARENDT, 2001, p. 32-33)

Na passagem acima se afirma a existência de algo comum entre vida humana e vida animal. Neste contexto de análise, que visa o capitalismo atual, o tema da animalização é assinalado pela primeira vez. A emergência do tema depende da seguinte articulação: a esfera social possui uma origem diferente da esfera pública da Antiguidade e, por outro lado, possui uma relação importante com a esfera privada. Ambas as compreensões, as da esfera pública e privada, são legados da Antiguidade, e elas não são originadas na época moderna.

Na passagem citada acima é possível destacar pelo menos uma dimensão em que o ser humano é diferente dos animais. Esta dimensão não é aquela da sociedade, mas a da ação política³, e esta nos leva à esfera pública. A esfera pública possui o seu foco na política, pois o desenvolvimento da política somente pode ocorrer com a necessária separação em relação ao âmbito doméstico e ao âmbito privado. No mundo social da atualidade, porém, com as esferas privada e política em retração, modificam-se as práticas políticas para uma função meramente *administrativa* e se destrói a esfera pública, colonizando-a com assuntos de cunho privado. Esta colonização é mais intensa sob o domínio da tecnologia e das redes sociais, onde as pessoas expõem as suas privacidades.

Arendt aprofunda o tema amplo do desaparecimento da esfera política sob uma valorização de uma esfera social. A ênfase de fundo é, na verdade, a esfera privada. O capitalismo, ao ser tomado pelo “social”, paradoxalmente, expande o âmbito privado e o faz desaparecer. Isto é paradoxal, pois o âmbito privado se torna algo ambíguo: pode ser oposto ao social e pode ser, ao mesmo tempo, uma relação “autêntica” e “estreita”. Vejamos:

Não se trata de mera transferência de ênfase. Na opinião dos antigos, o caráter privativo da privacidade, implícito na própria palavra, era sumamente importante: significava literalmente um estado no qual o indivíduo se privava de alguma coisa, até mesmo das mais altas e mais humanas capacidades do homem. Quem quer que vivesse unicamente uma vida privada – o homem que, como o escravo, não podia participar da esfera pública ou que, como o bárbaro, não se desse o trabalho de estabelecer tal esfera – não era inteiramente humano. Hoje não nos ocorre, de pronto, esse aspecto de privação quando empregamos a palavra “privatividade”; e isto, em parte, se deve ao enorme enriquecimento da esfera privada através do moderno individualismo. Não obstante, parece ainda mais importante o fato de que a privatividade moderna é pelo menos tão nitidamente oposta à esfera social – desconhecida dos antigos, que consideravam o seu conteúdo como assunto privado – como o é a esfera política propriamente dita. O fato histórico decisivo é que a privatividade, em sua função mais relevante – proteger aquilo que é íntimo – foi descoberta não como o oposto da esfera

³ A outra dimensão que diferencia é a da contemplação, mas não trataremos deste tópico neste texto, reservando para outro artigo.

política, mas da esfera social, com a qual, portanto, tem laços ainda mais estreitos e mais autêntico. (ARENDR, 2001, p. 48)

A “privatividade” significa “um estado no qual o indivíduo se privava de alguma coisa”. Estar ou não privado é uma das formas de qualificar o ser vivo como humano ou não humano, pois, no mundo antigo, segundo Arendt, quem “vivesse unicamente uma vida privada [...] não era inteiramente humano”. Há um jogo importante entre as esferas privada e política. Este jogo é perturbado pela emergência da esfera social, a qual era “desconhecida dos antigos”. A esfera privada se torna oposta à esfera social, ao passo que ela não é oposta à esfera política. Pois, a política, na era moderna, visa “proteger aquilo que é íntimo”. Isto tem como consequência a confusão entre o privado e o político dentro do mundo público. Na valorização contemporânea do individualismo, o social acaba por ter os “laços estreitos e mais autênticos” com a esfera privada. A emergência do social efetivamente perturbou as relações antes existentes.

O principal destaque se situa na afirmação de que a não participação na esfera pública, seja através da ação, seja através da contemplação (*theoria*), significaria também ser não “inteiramente humano”. Em outras palavras, significaria estar mais próximo ao animal. A emergência do social e a perturbação das relações entre as diferentes esferas significam, então, uma contribuição para o não “inteiramente humano”, justamente porque a esfera privada tem mais vínculos com a esfera social (“laços estreitos” e “autênticos”). Nesta emergência da esfera social, o capitalismo e a produção atual do que é “imaterial”, apontam para uma vida humana não qualificada e para um processo de animalização possível.

Finalmente, esta seção mostrou que as esferas do político, do público e do privado foram alteradas. Estas alterações são ressaltadas em relação à natureza da propriedade, onde a propriedade privada, inicialmente considerada imóvel (“permanência de uma estrutura”) passou a ser considerada móvel (“permanência de um processo”). A emergência do social provocou uma redefinição do humano, aproximando-o da animalização. Como vimos através de Arendt, o social, sob um ponto de vista do mundo antigo, ou seja, visto a partir de uma herança do Ocidente, vincula-se aos interesses de grupos (associações com fins determinados) e à satisfação de necessidades em contraponto ao modo antigo de fazer política (ação). Esta situação remete aos dias de hoje, quando o privado é tornado público e invade o âmbito político. Em relação a estas articulações, permanece a consequência de que o que não é político, não nos faz inteiramente humanos, ou seja, nos torna próximos dos animais. Para uma investigação sobre esta animalização nós analisaremos a seguir o tema da produção no capitalismo pós-industrial. Um tema que é biopolítico.

II

O contexto da política, tal como ela é compreendida por Arendt, modificou-se pelo avanço do capitalismo em suas diferentes fases. No que diz respeito à vida humana, a esfera privada foi progressivamente elevada à esfera pública e a

consequência disto é o surgimento da esfera social. A questão que se coloca perante este quadro é justamente a respeito do humano: como ele pode ser visto a partir de um ponto de vista distanciado? A hipótese auxiliar é a de que, no contexto do capitalismo, em sua fase atual, a associação com a tecnologia permite este ponto de vista distanciado. Ou seja, capitalismo e tecnologia estão associados, mas restam as consequências.

Os efeitos e as demandas, do capitalismo tardio sobre a vida humana (política, economia, etc.) indicam claramente um processo de animalização crescente. Isto pode ser percebido nas palavras impactantes de Žižek ao tratar criticamente a criatividade do Vale do Silício. Segundo o autor, deve-se buscar nesta criatividade o seu “anverso”. Com esta intenção, ele expõe um exemplo contundente onde a produção tecnológica e a participação do humano estão colocados lado a lado:

[...], por trás de cada companhia “pós-moderna” que concede espaço a seus funcionários para uma produção “criativa”, há uma exploração antiquada e anônima da classe trabalhadora. O ícone do capitalismo criativo hoje é a Apple, sustentada pelo “gênio” de Steve Jobs, mas o que seria da Apple sem a Foxconn, a empresa taiwanesa que controla grandes fábricas na China, onde centenas de milhares de pessoas montam iPads e iPods em condições abomináveis? Não devemos jamais nos esquecer do anverso do centro “criativo” pós-moderno no Vale do Silício, onde alguns milhares de pesquisadores testam novas ideias: alojamentos em estilo militar, assolados por uma série de suicídios de trabalhadores, todos por consequência das condições estressantes de trabalho (longas jornadas, baixos salários, alta pressão). Depois que o 11º trabalhador saltou do alto do prédio, a empresa introduziu uma série de medidas: obrigar os funcionários a assinar contratos em que se comprometiam a não se matar, delatar colegas de trabalho que parecessem deprimidos, procurar instituições psiquiátricas em caso de prejuízo da saúde mental etc. (ŽIŽEK, 2012, p. 120-121)

A participação do ser humano, neste caso, se divide em duas direções: primeiro como uma ênfase na criatividade do desenvolvimento tecnológico e, segundo, no trabalho em condições “antiquadas e anônimas”, as quais, sob um inventário de causas diversas (“longas jornadas, baixos salários, alta pressão”) resultam no efeito sombrio de um grande número de suicídios. Por um lado, há o consumo e, por outro, existem os efeitos do modo produtivo⁴. Este “consome” ou elimina vidas.

No âmbito da produção e no modo como ela é planejada se encontra mais visível a animalização do homem. Em consonância com esta situação, repercutiu em 2012, a declaração de Terry Gou sobre os seus próprios trabalhadores. Vários meios de comunicação noticiaram as palavras de Gou, cujo resumo é apresentado por Žižek, na sequência da passagem anterior:

⁴ Sobre o modo produtivo, na forma atual do capitalismo temos duas vertentes importantes: uma forma ocidental que une democracia e capitalismo e uma outra denominada de “capitalismo de valores asiáticos”, como a China. A mensagem sombria é a de que “o vínculo entre capitalismo e democracia foi rompido definitivamente”. (ŽIŽEK, 2011, p. 112ss.)

Para piorar ainda mais a situação, a Foxconn começou a colocar redes de proteção em volta de sua enorme fábrica. Não surpreende que Terry Gou, presidente da Hon Hai (empresa que controla a Foxconn), tenha se referido aos seus empregados como animais em uma festa de fim de ano, acrescentando que “gerenciar um milhão de animais me dá dor de cabeça”. Gou ainda disse que queria saber de Chin Shih-chien, diretor do zoológico de Taipei, exatamente como os animais deveriam ser “gerenciados”; ele convidou o diretor do zoológico para falar na reunião anual de revisão de Hon Hai, pedindo que todos os gerentes assistissem à palestra com atenção para aprender a gerenciar “os animais que trabalham para eles. (ZIZÉK, 2012, p. 121)

Gou chama seus funcionários de “animais”. Esta declaração é quase uma perfeita explicitação da situação humana dentro no ambiente produtivo do capitalismo tardio e, notavelmente, no capitalismo asiático. Internamente, há uma gradativa modificação no modo como o capital concebe o elemento “fixo”, onde tal elemento “fixo” tem uma relação clara com o poder de gerenciamento da mão de obra viva:

E, mais uma vez, como o capital organiza a sua exploração apresentando-se como “capital fixo” contra a mão de obra viva, no momento em que o componente principal do capital fixo passa a ser o “próprio homem”, seu “conhecimento social geral”, o próprio alicerce social da exploração capitalista, é minado e o papel do capital se torna puramente parasitário. (ZIZÉK, 2011, p. 118)

O processo que realiza o avanço do “capital fixo” sobre a “mão de obra viva” é um processo biopolítico que se iniciou nos primeiros anos do capitalismo industrial (século XVIII em diante). Este gerenciamento biopolítico resultou em um encurtamento da esfera política e pública. Tal encurtamento foi principalmente motivado pela necessidade de manter o foco na vida, pesquisá-la e controlá-la em suas diversas dimensões. A contrapartida da emergência da vida no meio político representou, assim, um elemento novo do moderno. Este mesmo contexto já foi comentado por Foucault:

O homem ocidental aprende, pouco a pouco, o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço individual em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. (FOUCAULT, 2017, p. 154)

Foucault desenvolve uma reflexão dividindo-a em duas fases: a disciplina e o controle. A fase da disciplina detém-se sobre o indivíduo e seu corpo; a fase do controle detém-se sobre a população. A primeira é denominada de anatomo-política, e a segunda de biopolítica. Estas duas divisões estão focadas na vida e este foco configura o espaço político ao longo dos séculos XVII até o século XXI;

portanto, um percurso que vai do indivíduo à espécie. A posição de Foucault ecoa as palavras anteriores de Hannah Arendt:

Vimos acima que, no surgimento da sociedade, foi a vida da espécie que, em última análise, se afirmou. Teoricamente, o ponto crucial, no qual se deu a mudança a partir da insistência na vida “egoísta” do indivíduo, nos primeiros estágios da era moderna, para a ênfase posterior sobre a vida “social” e sobre o homem “socializado” [...]. A humanidade socializada é aquele estado social no qual impera somente um interesse, e o sujeito desse interesse são as classes ou a espécie humana, mas não o homem nem os homens. (ARENDR, 2001, p. 334)

O “controle do saber” e a “intervenção do poder” aprofundam a importância da emergência da vida no âmbito político. Primeiramente, valorizando a esfera privada, colocando-a no lugar da esfera pública. E, secundariamente, modificando a esfera pública sob o domínio da mais recente esfera: a do social. As ações do poder são acompanhadas pela evolução do capitalismo comercial que se torna capitalismo industrial, entrando depois em um modo pós-industrial. Os sinais do capitalismo pós-industrial são bem visíveis na atualidade.

Estes sinais devem ser mostrados. Para tanto, devemos ter em conta uma configuração um tanto paradoxal da realidade. Uma configuração que integra um individualismo crescente e uma impessoalidade disseminada. Nesta impessoalidade, a importância do indivíduo, no mundo tomado pela tecnologia, diminui. O mundo cotidiano do constante aperfeiçoamento tecnológico reduz o valor do humano ao consumo (BAUMAN, 2008, p. 82 e 83). Trata-se aqui não somente de um condicionamento, mas de uma diminuição da importância do indivíduo. Arendt apresenta este desenvolvimento com as seguintes palavras:

No entretanto, demonstramos ser suficientes engenhosos para descobrir meios de atenuar as fadigas e penas da vida, ao ponto em que a eliminação do labor do âmbito das atividades humanas já não pode ser considerada utópica. [...]. O último estágio de uma sociedade de operários, que é a sociedade de detentores de empregos, requer de seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual realmente houvesse sido afogada no processo vital da espécie, e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar, por assim dizer, abandonar a sua individualidade e aquiescer num tipo funcional de conduta entorpecida e “tranquilizada”. O problema das modernas teorias do behaviorismo não é que estejam erradas, mas sim que podem vir a tornarem-se verdadeiras, que realmente constituem as melhores conceituações possíveis de certas tendências óbvias da sociedade moderna. É perfeitamente concebível que a era moderna – que teve início com um surto tão promissor e tão sem precedentes de atividade humana – venha a terminar na passividade mais mortal e estéril que a história jamais conheceu. (ARENDR, 2001, p. 335-336)

No “funcionamento puramente automático” de uma sociedade de “detentores de empregos” no destaque de Arendt, temos um detrimento da vida individual em prol da espécie: “como se a vida individual realmente houvesse sido afogada no processo vital”. Neste caso, a autora ainda mantém uma hesitação, utilizando as expressões “como se...” e “realmente”. Contudo, a possibilidade mesma está se confirmando cada vez mais. Esta constatação é percebida pelas

afirmações do historiador israelense Harari a respeito do impacto da tecnologia no emprego, nas relações sociais e na própria percepção da existência de um *eu individual*.

Harari descreve um cenário sombrio sobre possíveis impactos dos avanços tecnológicos sobre o homem, seja por meio da inteligência artificial, seja por meio da engenharia genética. Ao falar sobre os vários avanços tecnológicos e o desemprego estrutural, ele afirma:

[...] a tecnologia do século XXI pode capacitar os algoritmos externos a serem “hackers da humanidade” e a me conhecerem muito melhor do que eu conheço a mim mesmo. Quando isso acontecer, a crença no individualismo entrará em colapso e a autoridade vai se transferir de indivíduos humanos para algoritmos em rede. As pessoas não mais se verão como seres autônomos que levam as suas vidas de acordo com o seu bem querer; na verdade, vão se acostumar a se verem como uma coleção de mecanismos bioquímicos que é constantemente monitorada e guiada por uma rede de algoritmos eletrônicos. Para que isso se concretize, não há necessidade de um algoritmo externo que me conheça *perfeitamente* e que nunca cometa nenhum erro; basta que esse algoritmo me conheça *melhor* do que eu me conheço e que cometa *menos* erros do que eu. Então fará sentido confiar a eles cada vez mais decisões e escolhas na vida. (HARARI, 2016, p. 332-333)

Ou seja, a “tecnologia do século XXI” está agindo em duas frentes: a primeira é a aplicação da inteligência artificial no setor produtivo e também na coleta de informações; a segunda é a mudança ou a intervenção no corpo biológico humano, o que se torna cada vez mais presente com a descoberta recente da edição genética CRISPR-Cas9. As consequências destas duas frentes são diversas e complexas. Vamos focar aqui apenas o impacto na empregabilidade em função da inteligência artificial, deixando para outro momento um aprofundamento sobre a intervenção genética.

Sobre a empregabilidade, Harari afirma que o capitalismo gerou uma situação problemática. Essa situação pode ser vista como uma gradativa dispensa do humano:

De fato, com o passar do tempo torna-se cada vez mais fácil substituir humanos por algoritmos de computador, não só porque estes estão ficando mais espertos, como também porque os humanos estão se profissionalizando. Os antigos caçadores-coletores dominavam grande variedade de aptidões para poderem sobreviver, razão pela qual seria imensamente difícil projetar um caçador-coletor robótico. Esse robô teria que saber como preparar pontas de lança de pedra sílex, como achar cogumelos comestíveis numa floresta, como rastrear um mamute e como coordenar um ataque com uma dúzia de outros caçadores, e depois como utilizar ervas medicinais para tratar uma ferida. No entanto, nos últimos milhares de anos nós nos especializamos. Um motorista de táxi ou um cardiologista se especializam num nicho muito mais estreito do que um caçador-coletor, o que facilita sua substituição por inteligência artificial (IA). Como salientei repetidamente, IA nem de longe se aproxima de uma existência parecida com a humana. Mas 99% das qualidades e aptidões humanas são simplesmente redundantes

para a maior parte das tarefas modernas. Para pôr humanos para fora do mercado de trabalho, a IA só precisa nos superar nas limitadas aptidões que nossas profissões específicas exigem. (HARARI, 2016, p. 325)

As atividades humanas se tornaram cada vez mais específicas, acompanhando as exigências do capitalismo até a fase atual. Nesta fase atual, o uso de algoritmos dotados de inteligência artificial começou a substituir diretamente o trabalho humano. Mesmo que este trabalho humano seja um procedimento de fundo cognitivo como é caso da elaboração de diagnósticos médicos⁵. Em outra passagem, Harari menciona que as pessoas podem ser tornar “inempregáveis”:

No século XIX, a Revolução Industrial criou uma classe imensa de proletariado urbano, e o socialismo se disseminou porque ninguém mais conseguia dar uma resposta às necessidades, esperanças e temores da nova classe trabalhadora. Posteriormente, o liberalismo só logrou derrotar o socialismo ao adotar as melhores partes do programa socialista. No século XXI, poderíamos assistir à criação de uma maciça classe não trabalhadora: pessoas destituídas de qualquer valor econômico, político ou artístico, que em nada contribuem para a prosperidade, o poder e a glória da sociedade. Eles não estarão simplesmente desempregados – eles serão inempregáveis. (HARARI, 2016, p. 329)

Os humanos, historicamente, foram submetidos a uma disciplina que os aproximou a um processo de animalização, sintetizado na expressão de Zizék: uma “exploração antiquada e anônima” (ZIZÉK, 2012, p. 120). Para a produção capitalista, a massa humana se torna progressivamente algo para ser considerado não individualmente, mas em conjunto, como uma espécie. Neste caso, a impessoalidade vigora: o indivíduo não é mais importante, mas somente a espécie (HARARI, 2016, p. 309 e 331). Harari chega a afirmar, de forma provocadora, que talvez esta massa de humanos seja importante para ser empregada como “escudo humano para armamentos avançados” (HARARI, 2016, p. 312). E, tal processo de passagem de um individualismo para uma impessoalidade da massa inútil, está acontecendo com a aprovação geral de todos:

Algumas pessoas ficam realmente horrorizadas com esse desenvolvimento, mas o fato é que milhões o abraçarão de bom grado. Hoje muitos de nós já abrimos mão de nossa privacidade e individualidade, registramos cada uma de nossas ações, conduzimos nossa vida *online* e ficamos histéricos se nossa conexão com a rede se interrompe mesmo por alguns minutos. A transferência da autoridade de humanos para algoritmos está acontecendo não como resultado de uma decisão governamental, e sim devido a uma inundação de escolhas mundanas. (HARARI, 2016, p. 347)

⁵ Um exemplo disso é o uso do supercomputador Watson da IBM (2017) para uso médico, além disso, a inteligência artificial do Watson está se expandido para vários setores como os negócios empresariais.

Percebe-se que a perspectiva de transformação do ser humano individual concebido numa impessoalidade de massa, meramente como espécie, é uma perspectiva externa. Esta perspectiva externa pode ser inferida a partir de um sistema produtivo tecnologicamente desenvolvido. O sistema interage com a vida humana e a conduz a uma degradação da independência e autonomia humanas e a espécie começa a depender dos dispositivos cada vez mais inteligentes. Este processo representa um afastamento cada vez maior em relação ao que os antigos consideravam como característico da esfera política: aquilo que era propriamente humano. A esfera política desaparece na promoção do privado dentro da esfera social, culminando em formas assemelhadas à animalização domesticada. Portanto, o resultado final é o fim da individualização perante os sistemas tecnológicos e uma animalização com tons civilizados.

Esta seção procurou mostrar que a animalização domesticada é desenvolvida em paralelo com a expansão histórica das fases do capitalismo até a sua forma contemporânea. Esta animalização é o resultado mais evidente dos processos produtivos, como um subproduto “vivo” que deve manter o fluxo constante do consumo. Enfim, depois desta constatação podemos apresentar nossas considerações finais.

CONCLUSÃO

O fato de que venhamos a ser percebidos não mais de forma singular ou individual, mas como um todo, como uma espécie, mostra uma naturalização dos processos cotidianos e profissionais. Esta naturalização combina com a passagem da propriedade privada sob uma natureza imóvel a uma natureza móvel, acelerando o fluxo das mercadorias. A naturalização tem uma relação direta com o modo como nós mesmos nos percebemos a partir de um ponto de vista externo cada vez mais possível. Este ponto externo é um sistema otimizador, que pode ser denominado de inteligência artificial. Ela nos “captura” em *smartphones* e outros dispositivos.

Na primeira seção foi visto que a esfera política é uma dimensão que nos faz humanos. A redução desta e a sua transformação em uma prática “profissionalizada” nos aproximaram de um comportamento animal organizado. Juntamente a isso, a mudança na natureza da propriedade privada trouxe uma mobilidade e uma valorização do âmbito privado a ponto de ele se tornar o principal constituinte da esfera social. Isto impõe à esfera privada um caráter ambíguo com consequências nas relações promovidas pelo capitalismo tardio. Na segunda seção mostramos o processo produtivo como um fator de transformação do humano individual (e de sua capacidade de decisão ou autoridade pessoal, etc.) numa massa impessoal. Este é um resultado da fase tardia do capitalismo. Tal transformação significa conceber a condição humana como igual a condição de um animal doméstico.

O questionamento inicial – sobre *qual é o impacto do processo tecnológico sobre a esfera política?* – alcançou a seguinte resposta: o processo tecnológico é gradativamente menos humano. As mudanças ocorridas na natureza da

propriedade privada foram determinantes e o mesmo pode se afirmar das alterações nas esferas política, privada e pública. Neste sentido, o processo tecnológico em curso é, também, cada vez menos político. Desde o princípio do capitalismo comercial, a valorização da propriedade privada e a posterior industrialização tornaram o processo produtivo-tecnológico menos humano. Isto significa que a dependência de comportamentos automatizados e o desacoplamento da necessidade de reflexão são os efeitos de um capitalismo tardio. Este prescinde pouco a pouco do indivíduo humano, deixando-o viver apenas como uma espécie consumidora em um sofisticado mundo tecnológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- BAUMAN, Z. *Vidas para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOSTROM, N. *Superintelligence: paths, dangers, strategies*. New York: Oxford University Press, 2016.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- GUIMARÃES, M. Uma ferramenta para editar o DNA. *PESQUISA FAPESP*, v.240, p. 39-41, fev. 2016. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2016/02/038-041_Crispr_240.pdf?a0dabe>. Acesso em: 18 mai. 2017.
- HARARI, Y. N. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- IBM, EQUIPE DE CONEXÃO. *Conheça o Watson e o seu uso na saúde*. Disponível em: <<https://www.ibm.com/blogs/robertoa/2017/03/conheca-o-watson-e-seu-uso-na-saude/>>. Acesso em 18 mai. 2017.
- ZIZÉK, S. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011
- _____. *O ano em que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Boitempo, 2012.